

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
- CONERH

1 No dia 13 de Junho de 2019 ocorreu a quadragésima primeira reunião ordinária do
2 CONERH no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE com a
3 seguinte pauta: 1 - Análise aprovação das Atas da 40ª Reunião Ordinária do CONERH;
4 2 - Apresentação sobre o Enquadramento dos rios das Bacias Recôncavo Sul e Rio de
5 Contas; 3 - Apresentação da proposta dos Planos de Bacias dos rios Grande e
6 Corrente; 4 - Indicações para composição da Câmara Técnica Educação Ambiental,
7 Mobilização Social e Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do CONERH; 5
8 - Apresentação planejamento das ações das Câmaras Técnicas; 6 - Informes: 6.1. -
9 Andamento do processo de análise da CTOC referente à deliberação 01/2018 CBH
10 Verde e Jacaré; 7- O que ocorrer. Mariana Mascarenhas (SECEX), após verificação do
11 quórum deu início a 41ª reunião apresentando os pontos da pauta. Em seguida passou
12 a palavra para o Secretário João Calos, que fez uma breve saudação a plenária,
13 enfatizando a certeza da eficiência e importância da reunião do CONERH.
14 Mariana Mascarenhas (SECEX) iniciou com a análise da ata da reunião anterior,
15 ressaltando que não recebeu questionamento e a Ata da 40ª reunião foi colocada em
16 votação, sendo aprovada por unanimidade. João Lopes (Assocafé) registrou com
17 tristeza a despedida de Mariana Mascarenhas da SECEX, que chegou com
18 profissionalismo, marcou presença e conquistou todos com competência durante o
19 período em que coordenou as reuniões dos colegiados e agradeceu a atenção e
20 dedicação. João Oliveira (Secretário SEMA) enfatizou que sentia muito a saída de
21 Mariana Mascarenhas da SECEX, mas que não houve alternativa já que o afastamento
22 foi por questões pessoais. Passou-se para o próximo ponto da pauta - Apresentação
23 sobre o Enquadramento dos rios das Bacias Recôncavo Sul e Rio das Contas. Antes da
24 exposição do tema por Bernardo Zacouteguy, engenheiro do Consórcio Águas da
25 Bahia, Eduardo Farias Topázio (DIRAG/INEMA) falou sobre o trabalho que vem se
26 estendendo, algum tempo da Bacia do Rio das Contas e Rio Recôncavo Sul que
27 considera um passo importante e uma grande vitória, além disso tem um novo
28 desafio de duas Bacias com características completamente diferentes, são as Bacias
29 do Oeste, Bacias com atividades agrícolas intensa, grande expansão agrícola no
30 Estado com conflitos já estabelecidos Bacia do Rio Corrente e a Bacia do Rio Grande,
31 vizinhas distintas e fazer contratação da consultoria com planos nos mesmos moldes da
32 contratação das Bacias do Contas e Recôncavo Sul, para fazer os planos das Bacias

33 respeitando-se as peculiaridades. Pontuou que existe uma evolução e o que espera
34 concluir os planos de Bacias nos moldes que devem ser feito, ou seja, tratando as
35 Bacias de forma independentes, avançando onde puder avançar, priorizando aquelas
36 que se iniciaram e não concluíram, lembrando que não desistiram de fazer os planos
37 das Bacias do Paraguaçu e a Bacia Recôncavo Norte, que são Bacias estratégicas
38 onde se identificou a importância de elaborar esses planos de bacias. Bernardo
39 Engenheiro Ambiental (Consórcio Águas da Bahia), agradeceu a oportunidade e,
40 preliminarmente, fez uma exposição do panorama traçado sobre o que já foi realizado e
41 como está o andamento do processo - 1ª etapa do contrato prevê Diagnóstico; 2ª etapa:
42 b-Diagnóstico e c - Prognóstico, bases para o desenvolvimento das fases do programa
43 e fase d- Enquadramento que será tratado neste reunião, que é um instrumento de
44 planejamento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e, também, na Política
45 Estadual de Recursos Hídricos da Bahia faz a relação de qualidade da água necessária
46 para o desenvolvimento de alguns usos da água, tem uma conversa direta com o
47 licenciamento ambiental, tem influência sobre ordenamento territorial da Bacia, tendo
48 em vista que ele tem impacto no licenciamento ambiental e na outorga de lançamento
49 de efluentes. Então, o enquadramento prevê classes especiais indo de melhor
50 qualidade a pior qualidade, pegando exemplo de águas doces, que tem águas de maior
51 qualidade da classe 01 a classe 04, usos mais exigentes e usos menos exigentes.
52 Inicialmente foram selecionados os corpos de água a serem enquadrados, depois foi
53 realizado o processo de segmentação destes corpos de água, tendo em vista a
54 necessidade de que se tem em separar trechos de rio com qualidade homogênea,
55 depois foi verificado a situação atual da qualidade da água, que é um passo muito
56 importante para entender onde se está e depois ter idéia dos esforços necessários para
57 alcançar as classes de enquadramento desejadas, conseguindo fazer uma estimativa
58 dos investimentos necessários. Um outro ponto é a proposição das alternativas de
59 enquadramento, quais as bases e possibilidades das alternativas de enquadramento e
60 avaliação das intervenções para o alcance das classes de enquadramento – na
61 situação atual; o que é preciso ser feito para alcançar as classes de enquadramento,
62 em seguida a meta de enquadramento, ou seja determinar dentro dos horizontes do
63 trabalho no curto, médio e longo prazo como alcançar essas classes; o que é preciso
64 ser feito e quais estratégias para este alcance voltadas para o controle da poluição
65 pontual, dado que foi identificado na etapa do diagnóstico que para ambas as Bacias
66 Rio das Contas e Bacias Hidrográficas do Recôncavo Sul. A principal causa da
67 poluição é o lançamento de efluentes doméstico urbano. Explicada as etapas, passou
68 para os critérios para selecionar quais corpos da água serão enquadrados levando em

69 consideração: 1) existência de estações de monitoramento da qualidade da água. A
70 atual rede de monitoramento da qualidade foi considerada, dado que se existem pontos
71 previamente estabelecidos pelo INEMA e pelo programa Monitora e o porque os
72 mananciais tem alguma relevância, sendo usado depois no desenvolvimento do
73 enquadramento, quando ele estiver concluído e forem verificadas se as classes estão
74 sendo alcançadas ou não; 2) ponto de capacitação para abastecimento público urbano,
75 tendo em vista a relevância desse uso para os diversos setores é, também, uma
76 indicação da ANA quando se faz o enquadramento; 3) existência de manchas urbanas
77 para representar o lançamento de efluentes domésticos urbanos, tendo em vista que
78 quando se lança um efluente doméstico urbano há uma alteração na qualidade da água
79 e esse é o principal ponto das duas Bacias ; 4) as Unidades de Conservação, uma vez
80 que a Resolução nº 357 do CONAMA prevê que as unidades de conservação de
81 proteção integral vão ter um impacto nas classes de enquadramento, ou seja nascentes
82 de mananciais dentro das unidades de conservação precisam ser enquadradas em
83 classe especial; 5) as principais barragens, onde os reservatórios não tem transição de
84 ambiente lótico para ambiente lêntico, isso pode ter impacto na qualidade das águas a
85 jusantes dos reservatórios como é o caso no Rio das Contas em relação ao
86 reservatório Pedras ; 6) relato de oficinas e indicação das Câmaras Técnicas pelo
87 conhecimento das Bacias; 7) os usos da água, considerando a concentração dos usos
88 das águas em alguns mananciais que representa a importância desses mananciais e a
89 importância do enquadramento; 8) áreas de proteção das comunidades aquáticas. Os
90 critérios para fazer sedimentação dos corpos da água são similares aos critérios que
91 foram selecionados para seleção dos corpos a serem enquadrados, destacando-se a
92 presença das manchas urbanas, que representa os lançamentos dos efluentes
93 domésticos, resultando no Rio das Contas 79 trechos de enquadramento e no
94 Recôncavo Sul de 56 trechos de enquadramento. Feita apresentação do modelo e
95 metodologia utilizado para o enquadramento que foi apresentado na Câmara Técnica
96 pelo Consultor, foi aberto para perguntas sobre a metodologia e classificação atual.
97 Evilásio Fraga (FAEB) parabenizou o trabalho, salientou o uso do bom senso nas
98 definições dos parâmetros, e fez um questionamento a cerca da abordagem do trecho
99 da nascente do Rio das Contas todo como classe – 01, que tem agricultura intensiva, de
100 pequenos produtores e outras empresas se instalando e que quando põe classe 01 cria
101 uma série de restrições de uso, em compensação onde o rio não tem preservação e
102 trato adequado esta classe é 04, então pelo critério quem preservou vai ser punido.
103 Pergunta como está tentando abordar essa questão dos trechos de rio onde uso
104 preponderância é agrícola, em detrimento dos trechos de rio em que a preponderância

105 é lançamento de esgotos. Bernardo Zacouteguy (Consórcio Águas da Bahia) explicou
106 que foi discutido no Comitê do Rio das Contas e que tem o Rio Gritador que está
107 classificado como classe 02. A classe 01 permite o uso para qualquer irrigação o que se
108 discutiu foi como vai ficar. Evilásio Fraga(FAEB) não tem dúvida que se tivesse só
109 classe 01 seria melhor, mas o problema é que o rio é usado para diluir efluentes e vai
110 reservar volume de água para diluir efluente do perímetro urbano, que só faz
111 tratamento primário, quando faz, termina criando restrição para uma vocação natural de
112 um determinado trecho da Bacia. Bernardo Zacouteguy (Consórcio Águas da Bahia)
113 esclareceu que essa questão foi abordada em outros trechos, tendo resultados do
114 modelo, mas que foram alterados para classe 02, devido as implicações de lançamento
115 de efluentes, mas no Alto Contas não ganhou repercussão na discussão nas Câmaras
116 Técnicas, por esta razão foi mantido na classe 01, mas esclarece que é um processo
117 contínuo e que todas contribuições são importantes e o enquadramento prevê
118 atualizações. Bruno Jardim (DIRAG/INEMA) esclareceu que classificação apresentada é
119 a classe que encontra-se hoje, não é ainda uma proposta definitiva, poderá se manter
120 ou não, pois segundo seu entendimento o ambiente apresenta este grau de qualidade e
121 o enquadramento vai exatamente propor que se mantenha ou que se estabeleça novos
122 limites que não poderão ser ultrapassados, não é a proposta do enquadramento, está
123 sendo apresentado a classificação atual. Evilásio da Silva Fraga(FAEB), chama
124 atenção que o Conselho precisou em determinado momento fazer enquadramento
125 transitório de trecho de rio, tanto no recôncavo norte quanto para o rio Paraguaçu,
126 devido a outorga de lançamento da Embasa e que o ideal é que se conseguisse
127 trabalhar com a classe de rio da melhor qualidade, mas tem que se incorporar no
128 plano de bacia a expectativa de desenvolvimento das regiões do interior do Estado,
129 como é que isso vai se dar, porque os ambientes urbanos normalmente quando eles
130 crescem, mesmo o esgoto sendo tratado, este tratamento é primário e não secundário,
131 vai dificultar a questão de outorga de lançamento ou avançar para o mundo ideal que
132 é o tratamento secundário ou terciário, onde a água será lançada pura como
133 acontece em outros lugares do planeta. Bernardo Zacouteguy (Consórcio Águas da
134 Bahia), diz que é interessante observar que todas as questões foram apresentadas no
135 Comitê e a discussão dessas implicações foram abordadas no Comitê e que há uma
136 tendência a uma preservação ambiental e naquele momento há uma tendência a classe
137 01. Miguel Polino (Recôncavo Norte) pergunta que sendo o Comitê soberano na
138 apreciação do trabalho ele queria saber se na reunião do Comitê tinha representante do
139 agronegócio. Eduardo Topázio (DIRAG/INEMA) esclarece que o Comitê de Bacias é
140 representado por todos seguimentos. Bernardo Zacouteguy(Consórcio Águas da

141 Bahia) prosseguiu com a apresentação dizendo da necessidade de estabelecer as
142 bases para elaboração da proposta do enquadramento. Foram elaboradas duas
143 propostas, utilizando como critérios para essas alternativas, primeiro a situação atual da
144 qualidade das águas periciais; uma melhoria em relação a qualidade atual, ou seja não
145 foi proposto classe inferior a classe atual; ampliação e Melhorias nos Sistemas de
146 Esgotamento Sanitário e; Monitoramento da Qualidade da Água. Mariana
147 Mascarenhas (SECEX) fez uma ressalva que o enquadramento no final do processo é
148 direcionado para aprovação do CONERH e não é uma prerrogativa de deliberação final
149 do Comitê de Bacias Hidrográficas. Em seguida passou a palavra para Ruy Andrade
150 (FECOMÉRCIO –Convidado), que parabenizou a explanação de Bernardo Zacouteguy (
151 Consórcio Águas da Bahia) e solicitou uma cópia do documento para posterior
152 discussão interna na FECOMÉRCIO, em seguida relatou que a intenção dos Comitês
153 são restritivas ao crescimento do desenvolvimento agro- industrial para resolver um
154 problema que é falta de investimento do órgão de saneamento para que possa diluir os
155 esgotos por eles lançados.Salientou ainda a nacionalização da discussão do
156 privatização do Sistema de Esgotamento Sanitário. Então, propôs ao Secretário João
157 Carlos a Bahia sair na frente da privatização dos serviços de esgoto dando condições
158 para que se resolva o problema no começo para eu se chegue à solução sem que não
159 atrapalhe a produção, pois na sua ótica quanto menos se produz mais se aproxima da
160 falência, complementou que sem produção não há tributos, não há impostos e não há
161 sobrevivência pra máquina existente. Bernardo Zacouteguy (Consórcio Águas da Bahia)
162 relatou que a abordagem na sua explanação foi proveniente dos conteúdos extraídos
163 dos comitês com um processo participativo, ainda agradeceu as considerações da
164 plenária. Logo em seguida Evilásio da Silva Fraga – FAEB explicitou que sua
165 preocupação é com o mundo real que tem a cor diferente da que nós gostaríamos,
166 fazendo um parâmetro com relação à capacidade que o Estado tem de fazer
167 investimentos ao longo do tempo, atentando para a representação no comitê a qual não
168 se dá como de fato a sociedade esta organizada. Existe um trabalho realizado a longo
169 do tempo, pois a prática do comitê exercer este poder é uma inovação não estando
170 ainda familiarizado. Questionou, como estava à representação do Poder Público
171 Municipal nesses Comitês, já que efetivamente os municípios são impactados
172 diretamente em função do tipo de enquadramento que é feito, pois ao município tem
173 a obrigação legal de fazer o tratamento de efluentes e resíduos, a partir do momento
174 que se estabelece um critério de qualidade alta, do ponto de vista prático a
175 consequência para o município ele vai ter mais restrições, por outro lado o órgão
176 ambiental quando estiver analisando os atos autorizativos deverá emití-los baseados no

177 enquadramento. Como aspecto complementar relatou a paridade e tripartição do Comitê
178 na sua base informando ainda a falta de segmentos da sociedade que não estiveram
179 presentes, os quais fazem a articulação política de viabilizar o que esta sendo
180 discutido naquela reunião/plenária. Bernardo Zacouteguy(Consórcio Águas da Bahia)
181 informou que Recôncavo Sul tinha um representante da EMBASA e um representante
182 do SAE e no Contas dois ou três representantes do saneamento, sendo um da
183 EMBASA. Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho (ACOSMQST) fez referência quanto à
184 participação dentro dos espaços de discussão e que estão para melhorar em detrimento
185 dos interesses financeiros. Leila Márcia Souza Oliveira (ABAF) relatou que as
186 estratégias de enquadramento devido as características de cada empreendimento
187 deve ser levado em conta as dificuldades. Citou um caso específico do uso da
188 tipificação do enquadramento resolvido pelo CONERH que não tinha enquadramento o
189 qual a partir da denominação como classe 2 já implicaria o andamento do processo,
190 segundo afirmou é preciso quais usos da água, se para fins econômicos ou fins
191 domésticos, pois afirma que o enquadramento é dinâmico. Destacando a atuação do
192 CONERH em todo estado da Bahia, salientou que os comitês ainda não tem um
193 amadurecimento necessário para um processo de construção, assim cabendo ao
194 INEMA fazer na hora da discussão um processo de educação como forma de viabilizar
195 esse entendimento, pois o desejo de classe 1 ou 2 só será valido em qualquer
196 categoria se puder serem trabalhados os efluentes. Ainda com um processo de
197 educação no sentido de orientação sendo resguardados os pressupostos para isto
198 acontecer com as varias discussões dentro CONERH sobre Enquadramento afirma que
199 este deve estar atrelado ao plano de bacias hidrográficas, pois não será viável que se
200 tenha como trabalhar as melhorias atentando que este é o momento de fazer um
201 trabalho diferenciado, não só mapear e ouvir, mas também de orientar concluiu. Murilo
202 Xavier (FIEB) acompanhou a avaliação pontual e afirma a legislação da Bahia não
203 contemplava o balanço de massa, não observando a concentração. Informou que a
204 maioria dos países do mundo faz é considerar a concentração do balanço de massas
205 que é a dosagem de cada material analisado, assim questiona: se foi considerado esse
206 balanço de massa e como é que seria feita esta classificação. O outro questionamento
207 feito é que o rio de contas seja o mais emblemático, pois passa por três regiões bem
208 distintas desde trechos com pouca água como a região de Brumado onde a água é
209 essencial para subsistência humana, para uma região de médio volume de água como
210 a cidade de Jequié, já a partir da cidade de Ipiaú se torna mais caudaloso, trecho em
211 que se concentra grandes quantidades de comércio e pólo de Pousadas, destacou sua
212 atuação nas bacias, afirmando que há uma certa tendência na hora da votação, pois os

213 integrantes não tem o devido preparo técnico para fazerem as escolhas, não ouvem e
214 defendem de acordo com seus interesses pessoais, exemplificou através da plenária do
215 ano 2008 em que houve uma verdadeira guerra entre cidades da qual observou ainda
216 uma falta de nivelamento dos participantes, que se verifica em outras plenárias em todo
217 Estado da Bahia. Bernardo Zacouteguy (Consórcio Águas da Bahia) relatou que há um
218 balanço de massas com as devidas proporções mais próximos da realidade bem como
219 o desdobramento da Outorga de lançamentos de efluentes a qual segue a Resolução
220 CONAMA nº 357 sobre Enquadramento e Resolução Conama nº 430 sobre os
221 padrões de lançamentos de efluentes. Thiago Hiroshi de Oliveira (EMBASA) destacou a
222 importância do trabalho realizado pelo INEMA e Consórcio Águas da Bahia, dialogando
223 com a sociedade nas duas bacias e tentando elucidar as conseqüências envolvidas no
224 enquadramento este que mais envolve demanda técnica e de procedimento com a
225 implementação de política pública para que possa ser bem feito e viável, com todos
226 orçamentos, prazos a serem cumpridos. Salientou, ainda, a falta de parâmetros nas
227 discussões nos comitês, destacando como pontos focais de seu questionamento: As
228 cargas de efluentes tratados por conta, também, nos municípios que não conseguem
229 gerar renda para cobrir o próprios custos, bem como gerar renda para novos
230 empreendimentos, realidade na qual o saneamento não se mantém pela tarifa; e quais
231 mecanismos serão abordados para viabilidade técnica como um projeto de sociedade,
232 pois em um enquadramento de rio cujo trecho é pequeno será possível a manter
233 diluição de efluentes já que a vazão considerada em termos do que foi proposto dentro
234 dos dois cenários A e B se a capacidade de diluição for considerado. Bernardo
235 Zacouteguy (Consórcio Águas da Bahia) informou que antes de levar as alternativas de
236 enquadramento para os comitês, houve uma reunião Técnica Inema / Consórcio Águas
237 da Bahia onde foram discutidos trecho a trecho, a jusantes, assim ficou decidido que a
238 propostas de Enquadramento na classe 03 seria levada para o comitê. Como também o
239 processo simula a partir da vazão de referência modelados pela Q – 90. Thiago Hiroshi
240 de Oliveira (EMBASA) na sua avaliação afirmou que a simulação de custo associada a
241 implementação de um sistema está deslocado da realidade, comparando a as
242 adequações feitas através de Obras em municípios pequenos porte, o custo é sempre
243 mais alto em comparação ao apresentado. Indicou ainda a revisão destes custos
244 baseados nos sistemas de obras novas que tem valores objetivos: Orçados, listados e
245 pagos com os valores mais ajustados de uma fruto de metodologia teórica importada
246 com valores reais. Ana Odália Sena (FBCBH) pontuou que em defesa dos comitês de
247 bacias hidrográficas, afirmou a sua relevante importância seja na representação
248 Indígena, seja de uma representação Quilombola, de Professores das Universidades.

249 de Técnicos Agrônomos Engenheiros entre outros. As diferentes vivências de cada
250 segmento embora do ponto de vista técnico afirmou que é preciso fazer sempre uma
251 tradução para uma linguagem mais simples a fim de melhorar o entendimento e
252 melhorar a compreensão. Enumerou, ainda, as ações realizadas nos 13 municípios
253 integrantes da bacia para realizar trabalhos formativos no coletivo, já sobre os
254 Enquadramentos e relatos anteriores da plenária destacou que o principal motivador é o
255 capital para se ter um Rio com qualidade, embora este seja muito caro e tanto os
256 recursos quanto investimentos na área ambiental e das águas é muito pequeno.
257 Afirmou que é preciso manter a preservação deste bem comum finito. Já quanto a
258 privatização da Embasa relatou que os municípios que tem uma quantidade de recursos
259 menores na cobrança não farão estes Enquadramentos devido ao pouco capital
260 arrecadado. Bernardo informou a seriedade do trabalho realizado com total
261 acompanhamento de Acadêmicos renomados. Sérgio Almeida Bastos (COFIC) atentou
262 para as vulnerabilidades do comitês que na sua ótica estão tecnicamente
263 despreparados para realizar as discussões necessárias é preciso capacitação, pois
264 segundo afirmou é responsabilidade do CONERH, onde seja preciso um maior
265 aprofundamento a fim de realizar a transição de acordo com os limites de decisão do
266 CONERH concluiu. Renato dos Santos Andrade (CREA –BA) falou da necessidade de
267 empoderamento dos Comitês de Bacias como forma de ter-se uma gestão qualificada,
268 no entanto o quadro atual reflete o estagio da sociedade nos dias atuais, conforme o
269 cenário político que está posto, ainda a necessidade de maior participação da
270 sociedade civil contribuindo com suas demandas específicas, que não são percebidas
271 pelo corpo técnico. Mariana Mascarenhas (SECEX) então passou a palavra para José
272 George Silva (CORHI/INEMA) que deu seu parecer referente ao Processo de
273 enquadramento dos corpos d' águas que é muito pouco utilizado e o tempo de
274 resultados que levam em média 2 a 3 anos para serem aprovados, por falta de
275 informações dos conselhos estaduais do que foi aprovado junto aos comitês, embora
276 seja muito importante junto aos Atos regulatórios do INEMA: Outorgas, Licenciamento,
277 e Desenvolvimento econômico de cada região baseado no que for decidido como
278 enquadramento, onde a gestão dos recursos hídricos baseia - se no viés participativo,
279 de acordo com o que a legislação exige, por outro lado explicou que foi trabalhado a
280 questão do desenvolvimento econômico, assim como do viés técnico, fundamental para
281 bom andamento dos trabalhos. Falou ainda que o Enquadramento precisa ser muito
282 bem estruturado e não pensando apenas no "Rio que queremos", afirmou que por este
283 motivo o enquadramento deve ser "o Rio que podemos ter ", pois assim já agrega a
284 questão econômica e do desenvolvimento. Enquanto Inema e Consultoria contratada

285 apresentaram estrategicamente o que foi desenvolvido ao longo do processo e o que
286 fora pensado que pudesse ocorrer, assim não pode exigir ao comitê que tome
287 determinada posição, não sendo imposta a tomada de decisões ao Comitê afirmou.
288 Sendo possível conceituar e ampliar a participação das câmaras técnicas e comitês
289 neste processo de definição da proposta de Enquadramento; a exemplo do Recôncavo
290 Sul onde há problemas de representatividade, houve a ampliação das reuniões para
291 discussão do Enquadramento foram ampliadas para todos comitês com objetivo de que
292 haja mais pessoas discutindo a temática para que não haja nenhuma descontinuidade
293 e a fim de garantir a representatividade. Ainda citou que no caso do Rio de Contas uma
294 estratégia semelhante foi utilizada com vistas a obter mais representatividade, assim
295 concluiu que um dos motivos da apresentação foi levar para o Comitê pela primeira vez
296 como está o andamento do Enquadramento destas duas bacias para que o CONERH
297 demande sua Câmara técnica para avaliar estas duas propostas e assim acompanhar
298 desde antes este processo de construção para que não chegue uma proposta
299 aprovada no comitê e o CONERH ter que ratificar ou negar, assim entrando em atrito
300 do que seja correto para a determinada região, entretanto consiga uma proposta
301 factível, imposta e sim uma proposta construída em conjunto com todos os entes.
302 Informou que no período de 08 a 18 de julho será realizada a 2ª rodada de consultas
303 publicas nas bacias do Rio de Contas e Rio Recôncavo Sul, na qual a questão do
304 enquadramento voltara a ser discutida, solicitou ainda que o conselho mobilizasse seus
305 representantes para participarem também destas consultas Publicas. Mariana
306 Mascarenhas (SECEX) dando seguimento, encaminhou esta proposta para
307 acompanhamento para câmara técnica da CTPPP e escolher os representantes neste
308 evento e solicitou ainda que o convite fosse enviado por email para divulgação e
309 encaminhamento ao conselho.

310 Bruno Jardim (INEMA) realizou a apresentação da proposta dos Planos de Bacias dos
311 rios Grande e Corrente. Destacou o fato de serem bacias de domínio do Estado da
312 Bahia, porém estão envolvidos com rios com domínio da União, essa é uma
313 particularidade neste estudo. É interessante perceber que o contexto global e o fato de
314 serem duas bacias muito grandes, porém com características muito comuns nas
315 relações entre a sociedade e os interesses em volta da água. Então é um plano que
316 deva ser de fato feito de forma conjunta, por ser uma abordagem parecida. Referente
317 aos aspectos gerais do contrato teve um período inicial de 14 meses de duração; o
318 consórcio vencedor foi o Consórcio Águas do Oeste (Hydros Engeplus); fontes foi
319 tesouro do Estado, com valor do contrato de R\$ 5.281.000,00. No que se refere às
320 fases do trabalho e cronograma são: A – Preparatória; B – diagnóstico integrado; C-

321 Prognóstico, compatibilização e articulação; D- Estabelecimento de Diretrizes, Metas e
322 Construção de Programas , realizadas no período de 14 meses. No quesito participação
323 social é contemplada a partir da realização de: Reuniões de Andamento das Atividades
324 nas quais envolve técnicos do INEMA e da Consultoria e membros das Câmaras
325 Técnicas de Plano do Comitê, em cada RPGA aconteceram: 1 na Fase A, 2 na Fase B,
326 1 na Fase C e 2 na Fase D, sendo que Cada reunião gera um relatório de andamento;
327 Oficinas nas quais envolve Técnicos do INEMA e da Consultoria, membros do Comitê e
328 da respectiva Câmara Técnica e atores da sociedade civil que não estão contemplados
329 nos CBH e nas CTPPP/CBH. As oficinas estão programadas em duas fases do
330 trabalho: Durante a fase B (oficinas de Diagnóstico) e Durante a fase D (oficinas de
331 Planejamento), gerando os seguintes produtos: Relatório da Percepção da Sociedade –
332 Diagnóstico e Relatório da Percepção da Sociedade -Planejamento; Consultas Públicas,
333 nas quais participam membros do Comitê, outros atores atuantes nas questões
334 envolvidas com a água na região e é aberta à sociedade em geral, a qual Ocorrerá ao
335 final da fase C e servirá para apresentar os resultados do Diagnóstico e Prognóstico. Os
336 resultados da Consulta Pública serão devidamente registrados no Relatório de
337 Andamento das Atividades; e Reuniões Plenárias Dos CBHS, nas quais serão 03(três)
338 Reuniões Plenárias de cada CBH; uma de apresentação e deliberação sobre o Plano de
339 Trabalho e consolidação do Plano de Mobilização Social ao final da FASE A; uma
340 segunda, será a Plenária de Percepção da Sociedade na Fase B e a última, a Plenária
341 Final de Deliberação do Plano da Bacia e da Proposta de Enquadramento ao final da
342 FASE D. No que se refere ao Diagnóstico será desenvolvido a partir da construção: de
343 Notas Técnicas temáticas; Agendas Temáticas que analisam as relações inter setoriais
344 que afetam os recursos hídricos; consolidado na forma de um Diagnóstico Integrado e
345 um Diagnóstico Síntese. Já no quesito Prognóstico Avaliará cenário de: evolução das
346 demandas; evolução do sistema gerencial e ao final desta fase deverão estar
347 identificados os principais problemas apontados pelos estudos e alternativas de
348 enfrentamento dos mesmos. Em relação às Diretrizes, Metas e Programas, estes
349 consolidam o estudo e apresentam os seguintes produtos finais: PF-01 – Intervenções;
350 PF-02 - Programas de Investimentos do PRH; PF-03 - Síntese Executiva do PRH; PF-
351 04 - O Enquadramento dos Corpos de Água; PF-05 – Manual Operativo do PRH e da
352 PE; PF-06 - WebSite - Plano de Bacia e Enquadramento dos Corpos de Água das BH;
353 Cartilha dos PRH e do Enquadramento dos Corpos de Água das BH. Salientou que toda
354 a apresentação está muito voltada para o plano, mas na construção da fase de
355 diagnóstico tudo o que é necessário de levantar para fazer o enquadramento faz parte,
356 isso é uma das vantagens de fazer o enquadramento junto com o plano, não é preciso

357 fazer um novo contrato e como já teve uma fala sobre o enquadramento, nesta
358 apresentação não foi especificado muita coisa sobre o enquadramento, mas os dois
359 temas estão envolvidos. Informou que dentro do setor de gestão de recursos hídricos e
360 da gestão ambiental tem instrumentos e competências que são limitadas para resolver
361 tudo que cria problema para a gestão das águas. Então é preciso que possa se vê
362 como são as agendas dos diversos setores que tem seus programas e suas linhas de
363 trabalho e como isso interfere em uma questão de recursos hídricos, para que se possa
364 quando for abordar a maneira de enfrentar os problemas perceber aquilo que nos
365 compete e aquilo que é necessário criar agendas com terceiros para que eles possam
366 ajudar a fazer o sistema funcionar como um todo, porque se não houver uma pactuação
367 mais global do processo não conseguiu-se resolver alguns problemas só com os
368 instrumentos de gestão de recursos hídricos. Tanto as questões mais internas e as
369 possibilidades de ação, quanto às questões mais amplas precisam ser abordadas, para
370 quando forem planejadas as ações possa perceber aquilo que é competência do INEMA
371 de forma exclusiva e aquilo que é necessário estar proporcionando em uma agenda
372 mais ampla de governo.

373 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH parabenizou pela iniciativa da criação de cartilhas,
374 pois isso é de suma importância para as comunidades, inclusive acompanharem todo o
375 processo. Manoel Ailton de Carvalho (ACOSMQST) solicitou informações dentro da
376 diretoria do INEMA com a questão da divulgação do plano do salitre que ficou de
377 mandar para algumas instâncias, pois tem muitas instituições dentro da bacia que
378 precisam receber o plano e também a questão de como estar sendo pensado a
379 implementação desse plano. Evilásio Fraga – FAEB pontuou que não se deve ter um
380 desenvolvimento a qualquer preço, é necessário ter responsabilidade com as relações
381 futuras, diante disso deve-se buscar tirar o melhor proveito sem criar uma situação de
382 dificuldade para os gestores públicos e para os funcionários do INEMA na hora de estar
383 fazendo seus atos autorizativos na vida cotidiana. Falou ainda da sua participação em
384 um seminário no estado de São Paulo com a temática: Águas Subterrâneas Mitos e
385 verdades, e uma das conclusões que se chegou entre os Promotores e Professores da
386 Universidade de São Paulo além dos consultores é que tratar de água e de resíduos
387 das cidades é muito mais complexos, do que tratar das indústrias, pois nestas já há
388 uma certa previsão do que será tratado a partir da produção Industrial, enquanto que
389 nas cidades esta é difusa e diversificada em virtude da quantidade de contaminante
390 que são levados para os rios e seus efluentes, das chuvas e o que é lavado nas
391 cidades. Reforçou a necessidade do Plano de Bacia e o enquadramento do Rio

392 Paraguaçu, inclusive do Recôncavo norte, já que o Paraguaçu faz uma transposição de
393 água para o Recôncavo Norte.

394 Bruno Jardim (INEMA) esclareceu que com relação à implementação dos planos foi
395 iniciada uma discussão dentro do INEMA, porque se tem dois níveis de implementação
396 que se pode considerar e quando se pegar o conjunto de proposições do Plano, seus
397 programas, implementar ações isoladas e andar um sistema como um todo, porém as
398 pessoas não iriam enxergar bem que o plano está sendo implementado e trazendo
399 respostas, por conta disso à estratégia de ações conjuntas envolvendo questões de:
400 outorga, monitoramento, fiscalização, para que se possa pactuar internamente qual a
401 forma de agir junto aquela comunidade, para mostrar que o efeito do plano em resolver
402 aquele problema está sendo dado. O INEMA é um todo que tem interesse em resolver o
403 problema, porém tem múltiplas questões para resolver no dia –a –dia, então se tem que
404 incorporar uma prática de trabalhar de forma conjunta que é uma prática que está
405 sendo construída a partir da motivação que os planos proporcionarem. Salientou que o
406 INEMA tem interesse de fazer todos os planos, porém isso depende de muitos fatores
407 dentre eles: recurso, técnicos, inclusive sinalizou que a equipe possui apenas sete
408 pessoas. Pontuou que não se tem dentro do contexto uma possibilidade de andar de
409 forma conjunta no estado, e isso é uma coisa que a gestão das águas impõe, por
410 conta dessa transversalidade do tema, então do mesmo jeito que se precisa também
411 discutir uma mobilização interna para trabalhar em todos os segmentos do INEMA para
412 uma gestão integral, é necessário que o Estado também consiga andar com todos os
413 setores que dialogam com a água, uma estratégia que envolva um conjunto de atores
414 que possam fazer os seus diversos papéis para que o sistema como um todo se
415 reequilibre novamente. Diante de tudo que foi abordado hoje, faz-se necessário fazer
416 uma reflexão sobre uma política estadual na área de recursos hídricos que envolva
417 aperfeiçoamento nesses aspectos mais globais e como empoderar mais de fato os
418 entes participativos para que eles possam ser mais efetivos nessa gestão e isso é uma
419 boa discussão para o CONERH, pensar uma política que de fato possa agregar um
420 sistema tão rico na sua concepção e efetividade nessa participação.

421 Mariana Mascarenhas (SECEX) agradeceu a Bruno Jardim pela apresentação e
422 lembrou que isso ainda volta para o conselho para poder ser discutido, apesar de não
423 ser matéria de deliberação do CONERH, mas sempre é trazido para apreciação e
424 sugestões. Informou que, ainda, tem as indicações para a composição da câmara
425 técnica de educação ambiental, mobilização social e articulação dos povos e
426 comunidades tradicionais, que foi a criada na última reunião, a partir da fusão de duas
427 câmaras técnicas, lembrando que são indicações de três titulares e três suplentes de

428 cada segmento, então sugeriu o dia 08 de julho para mandarem essas indicações e
429 todos concordaram. Em relação ao ponto de planejamento foi uma necessidade que foi
430 levantada de assuntos para serem discutidos no CONERH e aproveitando que estava
431 sendo feita uma conversa semelhante ao CEPRAM, a SECEX reuniu e fez um
432 levantamento das pautas, a idéia é que se conseguisse visualizar quais matérias já tem
433 tramitando dentro das câmaras técnicas e outras que sabe-se que precisam rodar e não
434 estão rodando neste momento, por conta disso foi feita uma previsão de número de
435 reuniões de câmaras técnicas e plenárias para poder projetar de quando determinada
436 matéria entra para pauta. Pontuou que os conselheiros podem também mandar
437 contribuições com relação a isso. Dentre as matérias necessárias para o planejamento
438 do CONERH foram levantados pela SECEX: edital de eleição suplementar, lembrando
439 que a previsão depende da publicação do decreto do governador de nova composição;
440 alteração da resolução 52 que fala da formação e do funcionamento de Comitês de
441 Bacia que foi iniciada a análise se desta, entretanto foi interrompida; alteração da
442 Resolução 55 referente a sugestão/recomendação de regimento interno para os
443 comitês; aprovação do quadro de metas pró-comitês e em meados de julho acontece
444 uma reunião extraordinária para apreciar isso; aprovação do quadro de metas Pró-
445 gestão; revisão da Resolução 96 que trata de diretrizes e critérios para Outorgas em
446 todo Estado; deliberação do Verde Jacaré sobre a cobrança ; elaboração de resolução
447 CONERH que define procedimentos da análise e resolução de conflitos no âmbito do
448 conselho; elaborar resolução CONERH que defina procedimentos para Enquadramento
449 de pequenos usuários; análise da Resolução do Paraguaçu 01/2018 que fala do conflito
450 em Utinga; e levantado outro tema que precisa vir para o conselho não de forma
451 deliberativa, mas consultiva que é o Plano de Segurança Hídrica, o qual está sendo
452 coordenado pela SHIS. Diante disso, a sugestão é que a SECEX encaminhe para todos
453 os conselheiros essa proposta de planejamento que consta as matérias a serem
454 apreciadas pelo Conselho e pelas câmaras técnicas, assim como a previsão de
455 reuniões plenárias e de câmaras técnicas, ficando como pauta para a próxima reunião,
456 que será extraordinária para definir de fato se essas são as prioridades de calendário,
457 pois é uma forma de orientar os trabalhos das câmaras técnicas e da plenária. No que
458 se refere aos informes tem o andamento do processo de análise da CTOC, referente à
459 Deliberação 01/2018 do Verde Jacaré referente à cobrança, informou que a CTOC
460 iniciou uma discussão sobre essa deliberação e verificou que era preciso alguns pontos
461 fossem esclarecidos e isso foi enviado ao CBH Verde Jacaré e para CODIS e agora a
462 SECEX está aguardando retorno. Esclareceu que trouxe esse ponto como informe para
463 criar o hábito de quando a matéria estiver tramitando dentro de câmara técnica toda

464 reunião plenária ser pontuado e saber o andamento dos assuntos, ou seja, que ao final
465 das plenárias sejam dados informes sobre os trabalhos das Câmaras técnicas. José
466 Costa - Aratu Mineração disse ser importante a presença do secretário e da Diretora do
467 INEMA, pois tem uma denúncia de segmentos da cidade de Ibicoara, principalmente o
468 setor hoteleiro e de guias turísticos, e como se sabe Ibicoara é uma das cidades da
469 Chapada Diamantina e que recebe milhares de pessoas do mundo inteiro para visitar
470 as suas cachoeiras e o que está acontecendo lá é que a prefeitura esta fazendo um
471 serviço de esgotamento sanitário no bairro da chegada da cidade e jogando esses
472 esgotos em um dos rios afluentes do rio Sincorá dentro do perímetro urbano da
473 cidade, diante disso solicitou da SEMA e do Inema uma inspeção nas obras que estão
474 sendo feitas na cidade. Mariana Mascarenhas (SECEX) sugeriu que as denúncias
475 quando chegarem em plenária também sejam registradas na ouvidoria do INEMA, pois
476 desta forma tem uma resposta formal. Referente às informações do CBH salitre sobre o
477 pedido de suspensão capacitação das Outorgas e diminuição da área de irrigação dos
478 irrigantes, foi feito algumas correções a partir de discussões feitas na última reunião do
479 CONERH com relação a área, isso foi feito, porém Thamires – CODIS ainda não enviou,
480 por conta da questão da numeração da deliberação e posteriormente será encaminhado
481 para o CONERH. Ruy Argeu (FECOMÉRCIO convidado) registrou a solicitação de
482 revisão da última reunião do CONERH, que sejam mantidas as duas vagas inicialmente
483 sugeridas para o comércio, as quais necessitam estarem presentes neste conselho.
484 Mariana Mascarenhas (SECEX) informou que já foi matéria, portanto já foi votado e
485 deliberado e enviado a sugestão para Casa Civil e isso não está mais na pauta deste
486 conselho. Se o segmento de usuários não está satisfeito com o resultado que foi
487 alcançado da discussão da reunião anterior, precisa agora encaminhar alguma
488 documentação de pleito para a revisão dessa sugestão para Casa Civil. Lembrando que
489 se trata de uma sugestão de decreto, inclusive a Casa Civil pode fazer outras consultas
490 com outros segmentos ou com outras secretárias e a partir desta discussão pode ser
491 avaliado que esse não é o caminho, mas a sugestão do conselho foi feita.

492 João Carlos Oliveira da Silva (Secretário SEMA) pontuou que o assunto foi votado,
493 conforme se preconizou na última reunião e foi deliberado que encaminhar-se-ia a casa
494 Civil para uma deliberação do governador, portanto disse ser extremamente perigoso
495 tomar uma decisão de votação em plenária e depois retomar esse ponto.

496 Mariana Mascarenhas (SECEX) finalizou a reunião informando que está encerrando a
497 sua participação junto a SECEX, já são 07 anos e meio de muito aprendizado, desde
498 tentar construir a partir das divergências que se tem até desenvolver uma paciência
499 incrível e agradeceu a todos.



500 João Carlos Oliveira da Silva– Secretário SEMA agradeceu muito a Mariana e falou
501 que quando recebeu a notícia ficou triste, pois é muito bom trabalhar ao lado de
502 pessoas as com competência, dedicação e compromisso. Pontuou que desde que
503 chegou na SEMA Mariana sempre conduziu as reuniões com competência e com
504 visão democrática e isso é extremamente importante, mas quando ela colocou que a
505 decisão foi por uma questão familiar, o papel do gestor é aceitar, mas tenha certeza
506 que você sempre vai fazer parte da mesa, pois isso foi uma construção sua e você
507 tenha certeza que sai daqui olhando no olho de cada um, pois cumpriu seu papel não
508 só como servidora pública mas como ser social. Muito obrigado pela sua contribuição.
509 A reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela
510 Secretária Executiva

511 **Presidente:** João Carlos Oliveira da Silva 

512 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas – SEMA

513 **Membros:**

514 Márcia Telles de Araújo Lima – INEMA
515 Eduardo Topázio – INEMA
516 Bruno Jardim - INEMA
517 José Olimpio de Moraes - SIHS
518 Taís Gouveia – SDE
519 Felipe Santana – SEDUR
520 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
521 Leila Márcia Souza Oliveira – ABAF
522 Evilásio da Silva Fraga – FAEB
523 José Cizino Lopes - AIBA
524 Demóstenes Miranda de C. Filho – CETREL
525 Tiago Hiroshi - EMBASA
526 Cláudio Murilo M. Xavier – FIEB
527 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
528 Adalberto Sanches – Bahia Specialty Celulose
529 José Silva Costa – ARATU MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
530 Miguel Angel Polino – Conselho de defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
531 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST
532 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
533 Renato Andrade – CREA/BA